

Uma estratégia sugerida para a combinação de Marx com Sraffa

Tiago Camarinha Lopes¹

Resumo

O desacordo mútuo entre as escolas de pensamento econômico sraffiana e marxista representa uma controvérsia de caráter escolástico para a situação presente do ensino da ciência econômica. A confirmação da redundância da teoria do valor-trabalho desviou a atenção dos teóricos do verdadeiro propósito de “Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias”, de tal forma que o debate Cambridge-Cambridge caiu em esquecimento. Esse artigo sugere que uma nova tentativa de combinar as críticas de Sraffa e Marx é possível quando se eleva a importância prática do combate teórico ao mainstream.

Palavras-Chave: Teoria do Valor; Economia e Ideologia; História do Pensamento Econômico

Classificação JEL: A20, B24, B51

Abstract

The mutual disagreement of sraffian and Marxist school represents a controversy of scholastic character for the present situation in the teaching of economics. The confirmation of the redundancy of the labour theory of value deviated the attention of theoreticians from the real aim of Production of Commodities by Means of Commodities, so that the Cambridge-Cambridge debate was abandoned. This paper suggests that it is possible to combine the critiques of Sraffa and Marx when the practical importance of the theoretical struggle against mainstream is stressed.

Key words: value theory; economics and ideology; history of economic thought

JEL: A20, B24, B51

Introdução

O “choque de Sraffa” nos anos 60 culminou em um debate entre marxistas e adeptos de aproximações clássicas sobre o excedente que

(1) Mestrando IEUFU, Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil. E-mail: tiagocamarinhalopes@gmail.com.

contribuiu para o desvio de atenção do propósito da obra *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias* (*Production of Commodities by Means of Commodities* – doravante PCC).² A crítica formal à teoria marginal do valor empreendida por SRAFFA (1960) foi abandonada depois que o debate Cambridge-Cambridge terminou com poucas consequências concretas.³ O lado prático do livro de Sraffa caiu então rapidamente em esquecimento, curiosamente, ao mesmo tempo em que ocorreu a disseminação da teoria via interpretação da mesma nos moldes clássicos. Neste contexto, os teóricos se voltaram cada vez mais para as consequências de PCC sobre a teoria do valor trabalho, gerando uma controvérsia crescente entre teóricos trabalhando com a Economia Política Clássica e sua Crítica. A partir daí, a aparente sincronia inicial entre Sraffa e Marx começou a ser vista como insustentável.

Dado que a escola neoclássica⁴ continua dominando os principais centros de ensino de economia do mundo, seria razoável concluir que este desvio do programa original formulado e embasado por Sraffa (1985 [1960]) pode ter obstruído a generalização ainda mais ampla do debate Cambridge-Cambridge. A tese aqui apresentada é a de que, devido a esse deslocamento da crítica, qual seja, a da crítica à teoria marginalista do valor para a teoria do valor trabalho, foi criado um problema duplo. Primeiro, tal desvio impôs um limite à expansão da popularidade da aproximação sraffiana, assim como à crítica interna que dela se deriva.⁵ Segundo, ele jogou dois grupos interessados ideologicamente na crítica interna um contra o outro. Como modo

(2) O “choque de Sraffa” se refere à ampla aceitação, depois de algum debate sobre o uso da teoria de Sraffa para a solução do problema de valores em preços de produção, de que a teoria do valor trabalho é redundante para a determinação quantitativa dos preços em geral.

(3) O debate Cambridge-Cambridge se refere às discussões iniciais a partir da crítica de Sraffa (1985 [1960]), onde a Cambridge inglesa, que contava com os economistas trabalhando no programa crítico de Sraffa, como Joan Robinson e Luigi L. Pasinetti, enfrentavam os economistas do MIT na Cambridge americana, como Paul Samuelson e Robert Solow. Sobre a história da controvérsia da teoria do capital, ver: Chiodi e Ditta (2008), Cohen e Harcourt (2003), e Quaas (2000).

(4) Os termos escola neoclássica e marginalista referem-se aqui à escola econômica dominante no ensino oficial de economia que se desenvolveu a partir dos trabalhos de Jevons (1970 [1871]), Menger (1950 [1871]), e Walras (1954 [1874]).

(5) Quaas (2000) identifica também este desvio ao afirmar que “a discussão teórica sobre a controvérsia da teoria do capital entre neoclássicos e neoricardianos se deslocou para a controvérsia entre neoricardianos e teóricos da teoria do valor” (tradução minha).

de superação de tal dificuldade, este artigo sugere uma nova estratégia para a combinação de Marx com Sraffa. Se for demonstrado que a controvérsia entre as respectivas escolas, definida como a questão da função prática da teoria do valor trabalho, é um tema sem relação com a práxis de PCC, ou seja, com a crítica lógica-dedutiva à teoria marginalista do valor, será possível atacar o *mainstream* personificado na escola neoclássica de modo combinado: tanto internamente com o modelo de Sraffa (1985 [1960]), como externamente com a Crítica da Economia Política de Marx. Assim, a ênfase de combinação não se dá no plano técnico, como acontece por exemplo em Pasinetti (1988), Pack (1985) e Schefold (2004) entre outros. Isso implica que, para a estratégia sugerida, as discordâncias estritamente teóricas entre marxistas e sraffianos devem ser tratadas em um período posterior a um certo grau de popularização do debate Cambridge-Cambridge. Essa prorrogação é fundamental para o objetivo concreto de desafiar a escola neoclássica em bases mais amplas e por isso ela é de interesse prático para ambas as correntes. Portanto, este artigo sugere que o conflito teórico originado do “choque de Sraffa” seja rebaixado a níveis mais concretos de análise, de tal modo que a contradição escolástica atualmente existente entre as teorias de Marx e Sraffa seja resolvida na prática, primeiramente via generalização do propósito central de PCC e somente depois via popularização da Crítica da Economia Política.

O artigo é dividido em três partes além desta introdução. Inicia-se pela apresentação do objetivo e prática de PCC. Depois, fundamenta-se o argumento do desvio da práxis da PCC para uma questão escolástica. Em seguida, um exemplo concreto da discussão sobre a continuidade e descontinuidade da Economia Política Clássica no Brasil é apresentado juntamente com uma sugestão para início de conciliação. Uma conclusão, que retoma a racionalidade da teoria do valor trabalho, resume a relevância da estratégia baseada no estudo histórico da controvérsia.

O objetivo e a prática de *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*

A publicação de PCC em 1960 é um marco na história contemporânea das ciências econômicas. A quantidade de publicações que o livro incitou confirma a ressonância de um dos textos mais compactos da história do pensamento econômico. A principal causa disso é a crítica lógica e consistente à teoria neoclássica. O subtítulo de PCC, “Prelúdio a

uma Crítica da Teoria Econômica”, e a direção do ataque deu a entender nos anos seguintes à publicação que um paralelo com o subtítulo de “O Capital” poderia ser mais do que mera coincidência. Tanto, que alguns autores consideraram inicialmente que uma conexão entre as duas críticas pudesse ser muito adequada.

O objetivo do livro, explicitamente apontado por Sraffa no prefácio, é servir de base a uma crítica da teoria marginalista do valor e da distribuição. A construção do argumento pode ser dividida em dois momentos: primeiro, retorna-se ao modelo clássico e, segundo, mostra-se que a teoria marginalista do valor não pode determinar os preços dos fatores para o modelo geral de economia.

No primeiro momento, Sraffa monta a base de seu modelo, que pode ser descrito com um sistema de equações interdependentes que representam as diferentes unidades de produção da economia. Assim, tem-se inicialmente a produção de diferentes valores de uso através dos respectivos setores de produção. Como cada valor de uso a ser produzido utiliza os valores de uso de outros setores como insumo, é necessário que a quantidade produzida de cada setor esteja de acordo com uma relação proporcional específica entre todos os produtos, de tal modo que a reprodução do sistema possa se dar infinitamente. Esta proporcionalidade indica a relação de troca entre todos os valores de uso dessa economia, o que determina por sua vez os respectivos preços de longo prazo de cada produto. Assim, Sraffa obtém a determinação dos preços de produção sem nenhuma menção sobre oferta e demanda ou sobre as preferências subjetivas dos indivíduos. Esses preços são aqueles que simplesmente possibilitam a reprodução material da economia e, por isso, as relações quantitativas de troca são derivadas da própria estrutura física da produção.

O primeiro argumento contra a abordagem da teoria dos fatores de produção fica evidente: oferta e demanda não explicam tais preços. Ainda assim, apesar de elas poderem ser incorporadas na teoria, Sraffa quer chamar a atenção para o fato de que não há essa necessidade para a explicação dos preços de equilíbrio. Por esta razão, ele simplesmente oferece ao leitor a possibilidade de supor que os retornos são constantes para ajudar a visualizar o equilíbrio. Mas essa suposição não é feita, pois “a investigação ocupa-se exclusivamente daquelas propriedades de um

sistema econômico que não dependem de variações na escala de produção ou nas proporções dos “fatores”” (Sraffa (1985 [1960])).

Com isso, o leitor está estritamente direcionado a utilizar o ponto de vista “dos antigos economistas clássicos, de Adam Smith a Ricardo”, que com o advento do método marginal foi empurrado para fora do *mainstream* e esquecido. Da mesma maneira que os clássicos trabalhavam, Sraffa observa o processo de longo prazo da economia. Com efeito, uma das consequências principais da obra de Sraffa foi trazer de volta os argumentos da economia política clássica à discussão acadêmica.⁶ Isso foi recebido inicialmente por marxistas acadêmicos com entusiasmo, devido à crença de que a reabilitação da econômica clássica levaria necessariamente ao estudo de *O Capital*.⁷ Mas, já que o modelo de Sraffa representa uma formalização da economia política clássica, em que medida a aproximação de PCC apresenta sua especificidade?

Primeiramente, há de se lembrar que os clássicos tentam atingir esse modelo de reprodução de valores de uso através da abstração das flutuações momentâneas reais, de modo a analisar o sistema em sua forma ideal. Esse nível de abstração é atingido por sucessivas suposições que vão sendo feitas conforme a argumentação avança. Sraffa simplesmente toma esse desenvolvimento de prosa como dado e inicia sua teoria desse ponto ideal atingido.

Uma segunda diferença tem implicações importantes para a teoria do valor clássica, e deve ser tida sempre em vista. Sraffa comprime os objetivos dos clássicos, que é encontrar as leis do processo econômico capitalista, ligando os *inputs* com os *outputs* diretamente, sem se demorar com as complicações do processo real de produção. Essa manobra é equivalente ao Tableau Economique de Quesnay, ao modelo do trigo de Ricardo e aos esquemas de reprodução de Marx. A diferença aqui é que, ao invés de derivarem as relações de troca desses esquemas, os antigos economistas se esforçavam em descobri-las por meio de formulações paralelas.⁸ Com Sraffa o caso é outro: ele utiliza seu próprio esquema de equações para determinar as relações de troca e por isso qualquer

(6) Meek (1961) foi um dos primeiros a explicitar esse fato.

(7) Stamatidis (1984) é mais cauteloso com esse aparente resultado positivo e questiona a ligação rápida de Sraffa com Marx. No entanto, ele admite que toda crítica à teoria neoclássica desemboca no estudo da econômica política e sua crítica. Belluzzo (1998), semelhantemente, expressa cautela com essa rápida associação.

(8) Meek (1961) argumenta similarmente.

teoria do valor parece ser desnecessária. Com isso fica claro também que o modelo de PCC trata fundamentalmente dos preços de reprodução, e não dos preços de mercado.

Em terceiro lugar, os economistas clássicos estavam interessados no desenvolvimento do sistema capitalista de produção e tentavam descobrir através da análise histórica do processo de troca, como a lei do valor no decorrer do tempo se forma e se modifica. A procura por uma ligação compreensível entre a lei do valor e as relações de troca, que permitem uma taxa geral de lucro igual, é levada em Marx ao extremo e incorpora em *O Capital* o cerne da transformação dos valores em preços de produção. A história, ao contrário do caso na escola neoclássica, era um aspecto importantíssimo na teoria econômica e por isso a diferenciação dos modos de produção sempre foi um potencial dentro da economia política clássica. Marx reconheceu a importância dessa diferenciação e a expressou em sua obra, criando assim um novo objeto de conhecimento. Apesar de PCC não conter passagens históricas, não se pode esquecer para que propósito foi escrita. Além disso, como os clássicos já descreveram o processo histórico de modo extensivo, e Marx desenvolveu o conceito de modo de produção historicamente determinado, Sraffa pode supor que o leitor não precisasse dessa repetição. Essa é a razão pela qual ele está capacitado a modelar a economia abstraída da especificidade histórica.⁹

A identificação, portanto, com a teoria clássica pode ser assim resumida: Sraffa e os clássicos, ao tratarem dos preços de produção, estão no mesmo nível de abstração, que é um nível de equilíbrio absoluto. Marx descreve esse estado de análise da economia capitalista como uma abstração necessária para o estudo dos preços de produção e do sistema em sua forma ideal.¹⁰ PCC começa, portanto, de onde os clássicos pararam e utiliza

(9) Este argumento é aprofundado na última seção. A leitura de PCC aqui adotada pressupõe o conhecimento da Crítica da Economia Política. Somente quando se considera que as relações sociais de produção são historicamente específicas é que se torna possível o desenvolvimento abstrato da teoria geral da economia. Por isso, dentro desta interpretação não se pode acusar PCC de estar alienada da especificidade histórica dos modos de produção.

(10) Marx justifica isso, por exemplo, aqui: “Procura e oferta de fato jamais coincidem, ou, se alguma vez coincidirem, é por mera casualidade; portanto, do ponto de vista científico, deve-se admitir esse evento como = 0, considerando-o como não ocorrido. Mas, na Economia Política, supõe-se que elas coincidem. Por quê? Para observar os fenômenos na figura que corresponde a sua lei, a seu conceito, isto é, para observá-los independente da aparência provocada pelo movimento de procura e oferta.” (Marx (1986 [1894]), p. 146). Em Marx, os preços de produção podem ser entendidos somente nesse sentido.

principalmente o conceito dos preços de produção, os quais possibilitam a existência de uma taxa média igual de lucro. Apesar da economia política clássica tanto na década de 60 como hoje não ser popular nas faculdades de economia do centro, a obra de Sraffa provoca uma forte influência sobre o *mainstream* e atrai a atenção dos economistas das mais variadas escolas contemporâneas para a Economia Política. Um exemplo disso é a necessidade de revisar o conceito de equilíbrio determinado por oferta e demanda.

No segundo momento da construção do seu argumento, com a ajuda desse sistema econômico autorreprodutivo, Sraffa mostra então que a teoria da produtividade marginal não consegue explicar os preços do fator de produção capital para a teoria geral da economia. Para economias que têm produto constante ou que não sofrem alterações nas proporções dos fatores de produção, não existem nem produtos marginais e nem custos marginais. Por isso, os preços dos fatores de produção dessa economia não podem ser determinados com a teoria neoclássica, o que implica que a teoria marginalista não abrange todos os casos possíveis de reprodução material da sociedade.

Assim, neste caso, dentro dos parâmetros da escola marginalista, é impossível “fechar” o modelo, pois as mudanças necessárias, que são as bases dos retornos marginais, não existem. E apesar de tudo, há uma “taxa de lucro” expressa no excedente econômico. Com isso, a teoria neoclássica é levada a um “beco sem saída”: ela não consegue explicar tal evento, porque aqui, o lucro só poderia ser o produto marginal do capital. Isso é, de modo bastante resumido, a prova por contradição que pode ser feita partindo de PCC e que pode também ser chamada de crítica interna, lógico-dedutiva, formal ou do tipo *reductio ad absurdum*.¹¹ Mas, para atingir esse resultado aparentemente simples, foi necessário fazer uma discussão longa e altamente formalizada, que ficou conhecida na literatura como debate “Cambridge-Cambridge”.¹² De fato, ela incorpora o desejado programa crítico do qual Sraffa fala em seu prefácio, mas teve um efeito prático tímido, pois a escola neoclássica ainda domina o conteúdo programático do ensino de ciências econômicas. Desse modo, a meta de PCC parece

(11) O ataque do tipo interno já tinha sido esboçado pelo próprio Sraffa anos atrás com dois artigos que o projetaram para Cambridge. O efeito imediato desses trabalhos foi o início da construção da teoria da concorrência imperfeita. Ver: Sraffa (1989 [1925]), Sraffa (1982 [1926]) e Possas (1987).

(12) Sobre as controvérsias do conceito de capital ou “Cambridge-Cambridge Debate” em nível formal ver: Harcourt (1972); Cohen e Harcourt (2003) e Schefold (2004).

ainda não ter sido realizada, o que alude ao fato de teoria e prática estarem separadas na escola sraffiana.

O que se pretende destacar é que existe um elemento em comum entre seguidores de Sraffa e teóricos do valor-trabalho: enquanto heterodoxia, ambas se opõem à teoria marginalista do valor. O método dessa crítica certamente é diferente: enquanto uns apostam em um ataque formal, outros pesquisam como as ideias e as teorias se formam na cabeça do economista teórico a partir da realidade que o cerca. Qual desses dois modos de crítica é o mais forte? Marx e os marxistas com a “Crítica da Economia Política” não ameaçam o ensino oficial, e Sraffa, com seu “Prelúdio a uma Crítica da Teoria Econômica”, ao que tudo indica, só ameaça na medida em que leva todos de volta à própria economia política clássica. De qualquer maneira, seria apropriado afirmar que o critério dessa disputa é a capacidade das escolas de confrontarem a ortodoxia na realidade.

Os dois métodos de crítica representam a atual empreitada contra a teoria econômica dominante. Desde 1960, foram publicados diversos artigos que sustentam o programa crítico desejado por Sraffa. A combinação de Sraffa com Marx é legítima no sentido de que ela pode ser interpretada como parte desse programa. Por isso, quando o objetivo de PCC é considerado, a integração está justificada. Este também é o lado concreto da controvérsia da teoria do capital e é pertinente enfatizar sua importância aqui. Agora, se do lado prático, ambas as teorias convergem, por qual motivo a teoria de PCC seria posta em conflito com a teoria do valor de Marx? Ao que tudo indica, essa contraposição expressa uma questão *escolástica*, que foi criada devido a intervenções indevidas que desviaram a atenção desse aspecto crucial do embate.

O desvio da prática para uma questão escolástica

Enquanto seguidores da aproximação “neoricardiana” se espantam diante do fato de que a crítica interna não conseguiu alterar os principais manuais de economia, marxistas vêm sua concepção confirmada, de que a aceitação de teorias no ambiente oficial tem pouco a ver com exatidão técnica e lógica e muito mais com objetivos políticos. Já no referido segundo momento da construção da crítica interna, a conexão Sraffa-Marx mostra sérias dificuldades, porque se trata do conceito de capital e

do método de crítica. Como esta questão entrou em cena, a atenção foi rapidamente voltada para *O Capital* enquanto crítica da economia política clássica. Por isso, as diferenças entre Marx e Sraffa, que antes estavam camufladas devido ao tratamento de Marx como apenas mais um clássico ao lado de Ricardo, ficaram de repente evidentes. Para compreender que a conexão pode estar sendo evitada politicamente como manobra de defesa ideológica da teoria marginalista do capital via desvio do debate “Cambridge-Cambridge”, é pertinente lembrar a dissolução da escola ricardiana e a ascensão daquela que viria a ser a escola neoclássica, assim como a visão de Sraffa sobre tal processo.

O valor de troca era, consolidadamente a partir de Adam Smith, derivado do tempo de trabalho gasto na produção do produto pela maioria absoluta dos teóricos. Mas, a partir da influência da filosofia utilitarista, muitos economistas passaram a enfatizar que o valor de uso era o aspecto determinante da grandeza do valor. Os disseminadores mais importantes da consequente teoria marginalista foram William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras. A ideia de reduzir o valor à utilidade marginal já havia aparecido em meados do século XIX, mas somente mais tarde ela ganhou popularidade até um ponto em que conseguiu substituir a economia política clássica no *mainstream*.¹³

Os motivos principais dessa mudança são, para a escola marxista, relativamente claros. O próprio Marx esclarece que o declínio da teoria de Ricardo é fomentado em boa parte por motivos políticos: a teoria de Ricardo não é somente criticada e abandonada por seus erros técnicos, mas sim por causa de seu uso como crítica ao capitalismo. A interpretação dos ricardianos socialistas de que uma parte do tempo de trabalho não era paga tornou-se uma força social. Segundo Heinrich (1999), Mark Blaug, Ronald Meek e Maurice Dobb apontam que muitos autores desenvolveram conscientemente teorias econômicas que não possibilitassem esse tipo de conclusão.

Conhecidamente tratou Marx desse processo como o estabelecimento da “economia vulgar”. Assim, o processo político como desenvolvimento

(13) Heinrich (1999), entre outros, argumenta que o advento generalizado do cálculo diferencial devido aos avanços da física clássica também influenciou significativamente o desenvolvimento da aproximação marginalista em economia. Por isso, reduzir a ascensão da escola neoclássica exclusivamente à luta política pode ser exagerado.

histórico real dava reconhecimento e legitimação às teorias alternativas a teoria do valor trabalho e possibilitava sua proliferação no meio acadêmico, ao mesmo tempo em que se colocavam questões totalmente diferentes das clássicas na pauta de discussões. Se antes toda a economia era observada e as relações econômicas entre as classes sociais estavam no centro da atenção, agora os problemas econômicos passavam a ser analisados a partir do ponto de vista de um indivíduo abstraído das relações sociais. Essa diferença no modo de estudar a matéria causou uma mudança tão grande que as escolas clássicas e neoclássicas foram levadas a caracterizar diferentes épocas na história do pensamento econômico.

Qual seria a visão de Sraffa sobre esse episódio? Como Bellofiore (2008) reporta a partir dos manuscritos originais arquivados na biblioteca Wren de Trinity College em Cambridge, a formação de uma teoria econômica é para Sraffa primeiramente determinada pelo lado prático e político, de tal maneira que a luta de classes influencia fortemente esse processo. Somente depois é que a teoria parece ser uma construção intelectual neutra. A capacidade da teoria em ser aceita depende assim em primeiro plano de sua motivação política. Em suas notas, intituladas “Lectures on advanced value theory” de 1927, Sraffa registrou:

The labour theory of value was devised by Ricardo as a stick to beat landlords (...). But later, having been advocated by Marx to beat the capitalists, it was necessary for the defenders of the present system to devise a new theory, the utility theory of value (Sraffa or an Alternative Economics, In: Bellofiore, 2008, p. 71 e p. 86).

Por isso, a concepção de Sraffa sobre o desmanche da escola de Ricardo parece estar em concordância com a interpretação marxista. De maneira análoga, o desvio do debate “Cambridge-Cambridge” pode estar sendo provocado politicamente para uma questão vazia, nominalmente, para a questão sobre a validade da teoria do valor trabalho. Na prática, isso se expressaria na dificuldade de expansão do debate “Cambridge-Cambridge” e na ascensão da disputa entre as escolas marxistas e sraffianas. Para mostrar que tal controvérsia não tem relação com o problema prático de desafiar a escola neoclássica, é necessário demonstrar que a validade

da teoria do valor é uma questão sem relevância para o atual estado do programa crítico inaugurado por Sraffa.¹⁴

A solução do problema da transformação dos valores em preços de produção com a ajuda do modelo de Sraffa possibilita o seguinte resumo: o sistema dos valores se diferencia do sistema de preços de produção. Essa diferença se deve aos critérios de distribuição da mais-valia. No sistema de valores o critério é o tamanho do capital variável, ou seja, a mais-valia está distribuída em proporção à grandeza do trabalho vivo de cada setor, enquanto que no sistema de preços de produção a soma de capital variável com capital constante serve como critério de distribuição. A passagem de um sistema para outro é a chamada transformação de valores em preços de produção. Ela significa que o índice de valor de cada mercadoria se modifica de modo a possibilitar o novo padrão de distribuição. Uma descrição sóbria da solução e menção do novo formato da discussão sobre o problema da transformação de valores em preços de produção é oferecida assim por Pasinetti (1988):

Isso [a transformação – T.L.] ocorre através da multiplicação com uma matriz que representa o processo lógico da solução de um sistema de equilíbrio. O inverso de tal matriz provoca, a propósito, a transformação inversa dos preços de produção em valores. Isso significa que existe uma relação de determinação mútua entre o sistema de valores e o sistema de preços de produção. Essa conclusão não deve provocar discórdias. Por outro lado, as discussões sobre o significado ou interpretação de tal transformação parecem não querer terminar. (tradução minha).

É importante ressaltar que é o processo de concorrência que transforma um sistema em outro e a descrição matemática visa simplesmente formalizar o fenômeno econômico da igualação das taxas

(14) Diante do resultado da história do problema da transformação, aqui referido como “choque de Sraffa”, e que também pode ser pensado como a “crítica da redundância” da teoria do valor trabalho, Napoleoni (1981, p. 171 em diante) apresenta algumas atitudes que poderiam ser tomadas frente a esse problema. Essas atitudes são aquelas que se vêem obrigadas a responder a esse ataque, pois acham que sem a teoria, a exploração capitalista não poderia ser mostrada. Essa é uma das reações que culmina em uma discussão infundável sobre a validade da teoria valor trabalho e se perde em um emaranhado de contradições, como o próprio Napoleoni descreve o atual estágio do debate. Mas, por que ele tomou essa direção? Antes de apresentar essas atitudes, ele diz que exclui de seu estudo a posição “irrelevante” daqueles autores que pensam que o problema não existe. É dessa forma que se cai na armadilha arquitetada por Samuelson (1971). A estratégia aqui sugerida é bastante distinta: trata-se de retornar ao debate Cambridge-Cambridge com a meta definida de eliminar a escola neoclássica, efetivando assim a *práxis* de PCC.

de lucro. Nessa solução puramente matemática, a transformação contrária também é possível.

A controvérsia que surgiu dessa solução quantitativa do problema é a seguinte: enquanto que em Marx, o excedente é observado do ponto de vista da teoria valor-trabalho, em Sraffa é possível estabelecer uma determinação do “lucro” diretamente da relação entre *output* e *input*. Se essa diferenciação é por causa da confusão entre excedente e mais-valia/lucro por parte da escola “neoricardiana” ainda não está claro.¹⁵ Neste sentido, a concepção sraffiana é mais abrangente, pois não se necessita uma teoria do valor: as relações de troca refletem as condições técnicas de produção e, por isso, os preços podem ser determinados sem nenhuma menção aos valores, seja lá o que forem. Com efeito, isto é observado como uma fraqueza por críticos, porque assim a especificidade histórica do modo de produção capitalista não poderia ser mostrada. Contudo, essa acusação não procede para a admissão da interpretação sraffiana em oposição à neoricardiana, como será apresentado na última seção. De todo modo, as últimas informações sobre a origem de PCC evidenciam que Sraffa dava bastante importância a esse aspecto puramente técnico na explicação do excedente. Para ele, o excedente deve ser primeiramente entendido como uma relação técnica entre insumo e produto, já as relações de produção, ou seja, as relações sociais que organizam a produção, são um conceito mais estreito, específico. Essa separação teórica entre processo de reprodução “física” e “social” é um dos resultados mais importantes que foi derivado de PCC, como lembra Feess-Dörr (2000). Esse modo de pensar economia entre os clássicos só foi expresso claramente por Marx: para este, o processo físico de produção é absoluto, produção de valores de uso, enquanto a forma como esse processo é levado a cabo pela sociedade é específica, historicamente determinada. No caso da produção capitalista,

(15) A crítica da falta de discernimento entre excedente e mais-valia é compartilhada por diversos autores que enfatizam a importância da Crítica da Economia Política. É preciso destacar que Sraffa utilizou propositalmente termos histórico-específicos correspondentes ao modo de produção capitalista para designar conceitos que podem abranger formas de produção não-capitalistas. Isso pode ter contribuído para essa confusão. Assim, Sraffa escreve “lucro” e pode estar se referindo ao “excedente”. Veja as notas de Sraffa publicadas em Bellofiore (2008, p. 89, em italiano, e p. 90, traduzido para o inglês). Neste sentido pode-se entender porque “a confusão entre o excedente ricardiano e a mais-valia marxista [...] se agravou bastante depois da publicação da obra de Sraffa”. Belluzzo (1998, p. 133). Se esse engano proposital fazia parte da estratégia de Sraffa para disseminar a crítica interna não pode ser determinado a partir das notas a que se tem acesso no momento.

a determinação da produção de valores de uso está subordinada à lógica da valorização.

Dessa maneira, autores da corrente sraffiana resolvem o problema da transformação através do abandono do sistema de valores, o que leva à redundância da teoria do valor-trabalho. Alegam corretamente que o sistema dos preços de produção pode ser completamente determinado pelos dados técnicos da economia. Por isso, a análise do valor não tem espaço dentro dessa interpretação, pois o valor, abstraído de sua grandeza, ou seja, do valor de troca, não pode ser o objeto de estudo das ciências econômicas neste modelo. Essa posição condiz com a crítica atual mais influente da economia marxista e o seu desenvolvimento conclui que valores não são o ponto de partida dos preços, a partir dos quais estes devem ser derivados e explicados; ao contrário, os valores é que são desnecessários para a determinação dos preços de produção e por isso necessitam de explicação. Essa inversão da argumentação de Marx mostra a forma da crítica da redundância à escola marxista. As relações de troca podem ser derivadas da estrutura física da produção sem nenhum recurso à análise da forma do trabalho em sociedades mercantis.

Dessa maneira é possível reconstruir a economia clássica sem utilizar a teoria do valor-trabalho. A força (ou fraqueza) dessa crítica à escola marxista consiste em evitar dizer que o sistema de valores contradiz o sistema de preços de produção.¹⁶ Cabe lembrar que o cerne do ataque dessa perspectiva é antecipado pelos próprios Marx e Engels em diversas passagens.¹⁷ Assim, pode-se, juntamente com Marx, determinar o lucro com a teoria do valor-trabalho, mas isso não é necessário. Engels aceita esse tipo de afirmação explicitamente, por isso a crítica da redundância encontra larga aceitação entre economistas marxistas. É perfeitamente possível calcular e explicar o lucro de outra maneira que não a de Marx. Com isso, a controvérsia entre “neoricardianos” e marxistas mostrou que a explicação teórica do processo

(16) Essa crítica tem, portanto, uma forma bastante diferente da linha Böhm-Bawerk (1974 [1896]), que representa a crítica da contradição entre os livros I e III de *O Capital*. Devido à popularização da crítica da “redundância”, pode-se afirmar que o ataque do tipo “contradição” falhou oficialmente.

(17) Por Marx (1990 [1928]), por exemplo, na carta a Kugelmann de 11 de Julho de 1868, disponível em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1868/letters/68_07_11.htm e por Engels, ao comentar a solução de Wilhelm Lexis, no prefácio do livro II de *O Capital*.

econômico de produção do excedente *baseada na teoria do valor-trabalho é uma questão de decisão do pesquisador*.¹⁸

Portanto, não existe empecilho técnico para a combinação das teorias de Marx e Sraffa, ou seja, não há contradição lógica entre as duas aproximações. Este não é o caso da disputa entre o modelo sraffiano e o neoclássico: aqui, o que existe é uma acusação de contradição lógica. Dessa maneira, fica evidente que a questão acerca da teoria do capital não pode ser resolvida pelo rumo em que a referida disputa está sendo conduzida. Isso significa que o embate concreto, para o atual estado do ensino da ciência econômica, deve ser o debate original Cambridge-Cambridge, e não a controvérsia sobre a função da teoria do valor trabalho. Por isso, esta última é, nas circunstâncias atuais do ensino oficial, uma disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis.

Continuidade e descontinuidade da Economia Política Clássica

O problema referente à continuidade e descontinuidade da Economia Política que retornou com Sraffa (1985 [1960]) se expressa no Brasil em uma disputa sobre a interpretação do Capital e da teoria do valor em Marx. Esta seção sugere uma abordagem simples que permite comparar as aproximações dos professores Franklin Serrano e Belluzzo em relação a esse assunto. Ao mesmo tempo, ela pretende contribuir para o enfoque da questão prática de PCC em nível local.

Uma das linhas de pesquisa de Franklin Serrano visa encontrar os elementos de ruptura e continuidade entre Marx e os economistas clássicos. Serrano (2007) tem dois objetivos claros. Primeiramente, apresentar a no Brasil pouco conhecida “interpretação” sraffiana da teoria do valor de Marx e, em segundo lugar, comparar esta linha de pensamento com a leitura de Belluzzo e Tavares. Serrano não deixa dúvidas de que intenciona dar apoio à “interpretação” sraffiana com suporte textual de Marx e revela ainda, que, segundo essa interpretação, o papel da teoria do valor-trabalho em Marx era o de determinar de forma consistente a taxa geral de lucros e os preços de produção. Implicitamente, o autor afirma que a escola de Campinas reserva uma função “radicalmente diversa” para a teoria do valor-trabalho

(18) A questão dessa decisão é retomada na última seção, quando se retoma a racionalidade da teoria do valor trabalho em conjunto com o conceito do elemento subjetivo de transformação da natureza.

onde a concorrência, e não a luta de classes, seria a motivação principal para seu uso. Sendo assim, temos definidas as duas posições do debate: de um lado, Serrano apoiando a corrente de pensamento sraffiana que ressalta a continuidade entre “O Capital” e as obras dos economistas clássicos. Do lado oposto, os economistas que enfatizam a ruptura causada por Marx através da Crítica da Economia Política, sendo que Belluzzo (1998) pode funcionar como base desta vertente.

São duas as questões paralelas que permeiam o debate sobre a continuidade e descontinuidade em Economia Política. A controvérsia possivelmente surge porque os professores estão focando apenas uma das duas:¹⁹

Como forma-se uma taxa média igual de lucro fundamentando-se na lei do valor?²⁰

Por que justamente o tempo de trabalho é a expressão da medida de valor?²¹

A primeira questão está, como se sabe, dentro da Economia Política Clássica e Marx tem, de fato, a pretensão de resolvê-la. Esta é a questão que Serrano observa e dá ênfase; significa que o objetivo é usar a teoria do valor-trabalho para determinar os preços de produção e a taxa média de lucro igual. Este problema é o de Smith e Ricardo e só trata do lado quantitativo do valor.

(19) Ou porque estão discutindo qual delas é a mais importante. Meek (1973 [1956], p. 306) formula as duas questões da seguinte maneira: “*The basic logical problem to be solved here is simply that of the determination of these prices (exchange values). And for Marx (...) no solution could be regarded as adequate which did not possess as it were two dimensions: a qualitative and a quantitative one. The qualitative aspect of the solution was directed to the question: Why do commodities possess prices at all? (questão 2 - TL) The quantitative aspect was directed to the question: Why do commodities possess the particular prices they do? (questão 1 - TL)*”. Ronald Meek, no entanto, não aponta que a questão qualitativa constitui a Crítica e dá ênfase à pretensão de Marx de responder à questão quantitativa, provavelmente, porque para Marx, a necessidade de provar o conceito de valor baseado na teoria do valor trabalho seria uma demanda não-científica.

(20) Essa era a contradição com a qual a Economia Política Clássica estava confrontada, a qual Engels formulou como desafio aos economistas no Prefácio do Livro II. Ver Engels, Prefácio a *O Capital* Livro II e III.

(21) Uma passagem clara equivalente a esta questão é: “A Economia Política analisou, de fato, embora incompletamente, valor e grandeza de valor e o conteúdo oculto nessas formas. Mas nunca chegou a perguntar por que esse conteúdo assume aquela forma, por que, portanto, o trabalho se representa pelo valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, pela grandeza do valor do produto de trabalho.” (Marx (1985 [1867]), p. 76.).

A segunda questão, embora não formalizada como a primeira, contém a singular crítica da Economia Política. Ela desemboca, sabidamente, na distinção entre trabalho concreto e abstrato. Esta é a questão a que Belluzzo (1998) dá ênfase.²² Ela só trata do lado qualitativo do valor. Essa questão é necessariamente formulada quando se admite que o fato de o tempo de trabalho se expressar na forma de valor não é uma naturalidade, ou seja, uma relação do tipo homem/natureza, mas sim uma relação social. A naturalização da sociedade mercantil é o equívoco que ocorre quando não se formula esta segunda questão. Por isso, a natureza da Crítica da Economia Política é qualitativa e desemboca no conceito de especificidade histórica do modo de produção. Essa ruptura é bastante profunda porque vai diametralmente contra a filosofia da ordem natural que precedeu Adam Smith e forneceu a base para o nascimento da Economia Política. Furtado (1967) descreve essa ruptura afirmando que os clássicos “pensaram em termos evolutivos para trás, como se o quadro institucional do capitalismo representasse o coroamento da evolução humana”. Assim, enquanto a Economia Política Clássica naturalizava e eternizava as relações sociais capitalistas, Marx demonstrou que a existência das instituições capitalistas dependiam de fatores históricos específicos, que, por sua vez, são dados somente para um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, de modo resumido, o debate sobre a continuidade e descontinuidade da Economia Política está apresentado ordenadamente nestas duas questões. Apesar de Serrano admitir que existem tantos elementos de continuidade quanto de ruptura, sua linha de pesquisa encontra resistência nos meios em que a Crítica da Economia Política constitui o elemento central do *O Capital*. A abordagem que ressalta a continuidade entre Marx e os clássicos tem pouca chance neste circuito, mas, para que o argumento geral fique claro, não é isso o que impede o suporte à crítica interna. Ocorre que o conteúdo de PCC é atualmente dominado pelo neoricardianismo, que não reconhece a Crítica da Economia Política. Fora esse fato, que se estende ao âmbito mundial, a obra de Sraffa é pouco conhecida no país, de tal modo que a divulgação através de simplificações inadvertidas de cunho ricardiano fica bastante facilitada. Por

(22) Belluzzo (1987) considera Rubin (1987) como “a mais bem sucedida tentativa de diferenciar a problemática marxista do valor daquela proposta pelos economistas clássicos” porque Rubin salienta justamente que antes de Marx, a atenção era voltada ao aspecto quantitativo, onde a forma do valor não podia ser analisada. Por outro lado, Rubin (1987) não reprime de modo algum o aspecto quantitativo da teoria do valor de Marx.

isso, remeter aos escritos e posições políticas originais de Sraffa pode ampliar horizontes de pesquisas em Economia Política que atualmente não podem florescer nas faculdades brasileiras.

Serrano (2007) inicia sua argumentação justamente diferenciando a “interpretação” sraffiana da popularizada escola neoricardiana, ao enfatizar que a primeira não coloca em questão a validade da teoria do valor de Marx. Ao invés disso, ela simplesmente indagaria “por que Marx teria utilizado sua teoria do valor da forma que fez?”. A resposta de Serrano (2007) a esta pergunta é que a teoria do valor-trabalho era o instrumento analítico disponível à época de Marx para a determinação coerente da taxa geral de lucros e dos preços de produção. Isso significa que, dentro da interpretação sraffiana, a determinação quantitativa das relações de troca era o objetivo da teoria do valor de Marx.²³ Por isso, devido a esse foco na primeira questão da continuidade e descontinuidade em Economia Política, Serrano (2007) afirma que, considerando a teoria como ferramenta de análise econômica do modo de produção do capital, a continuidade é o traço mais marcante.

Há ainda outro argumento que reforçaria o aspecto de continuidade: o exercício de conversão de valores em preços de produção dos diferentes economistas chamaria a atenção para o fato de que as semelhanças entre os clássicos e Marx serem muito maiores do que as diferenças. Agora, como aqui a atenção está dirigida à questão do mistério sobre a taxa média de lucro igual, não é de surpreender que o procedimento de todos os autores se assemelhe. Restringindo a análise à primeira questão da continuidade e descontinuidade em Economia Política, não será possível encontrar qualquer sinal de ruptura, mas apenas de melhoria técnica da teoria. O estabelecimento de uma relação quantitativa correta entre o sistema de valores e o sistema de preços é assim um aspecto de continuidade da Economia Política, que não faz parte da Crítica e visa apenas compreender a variação e formação puramente *quantitativa* das relações de troca.

Devido ao fato de Serrano se ater a essa primeira questão, seu objetivo não é ressaltar a ruptura de Marx com os clássicos. Ao contrário, ele chama a atenção para o fato de que existe um componente genuíno de sequência entre

(23) A escola neoricardiana tem também essa concepção da teoria do valor de Marx. A diferença é que ela não formula nenhuma questão como Serrano o faz. Por isso, a escola sraffiana, como Serrano (2007) a apresenta, diferentemente da neoricardiana, é capaz de compreender a Crítica da Economia Política.

os clássicos e Marx que é frequentemente desconsiderado. Portanto, abandonar os elementos de continuidade não seria um procedimento adequado. Alguns autores acham que os elementos de continuidade em Marx são “resquícios” da Economia Política Clássica que não representam progresso científico. Heinrich (1999), por exemplo, foca o lado qualitativo em detrimento da determinação quantitativa das relações de troca, afirmando que a pretensão de Marx em resolver o problema da transformação é um “resto ricardiano” em sua obra.

Por outro lado, a teoria que permite compreender como se formam quantitativamente as relações de troca encontra praticidade no planejamento econômico, como variados estudos derivados da dialética entre valores e preços indicam. Rubin (1987) reconhece isso ao afirmar que o aspecto quantitativo do valor também interessava a Marx desde que estivesse relacionado à função do valor como regulador da distribuição do trabalho social. Por isso, mesmo que esta esfera não vislumbre a Crítica da Economia Política, ela é capaz de fornecer parâmetros para a prática da superação da produção descoordenada, característica da sociedade capitalista.²⁴

Portanto, a discussão da continuidade e descontinuidade em Economia Política no Brasil reanimada por Sraffa (1985 [1960]) e aqui representada por Serrano (2007) e Belluzzo (1998) decorre da ênfase diferenciada quando tratam da obra de Marx e não do conteúdo teórico total. Como se vê, sem o reconhecimento desta dualidade será bastante difícil que as posições cooperem para retomar o ataque à teoria neoclássica. Por isso, um verdadeiro progresso do debate só pode ocorrer quando as duas posições estabelecerem em que exercícios práticos específicos suas teses têm aplicação. Uma sugestão para início de reconciliação é a de que a Crítica da Economia Política deva ser intensamente aplicada nas áreas onde é necessário demonstrar que o modo de produção capitalista não é natural, mas historicamente determinado. Esse enfoque tem grande aplicação nas pesquisas em história e no ensino do materialismo histórico. A continuidade da Economia Política, por outro lado, tem aplicação em áreas de formalização matemática de teorias econômicas e no desenvolvimento

(24) Este é, aliás, o sentido daquilo que Oskar Lange quer dizer quando escreve que o próprio mainstream em economia é levado a desenvolver conhecimento científico genuíno para que a “condução” do sistema capitalista possa ser feito.

de modelos de economia planificada, como a tentativa recorrente de transformar os valores em preços de produção mostra.

Teoria do valor trabalho e processo produtivo

Dado o apresentado, convém reafirmar que o propósito original da obra de PCC perdeu-se à medida que a disputa formal entre os economistas do MIT e os de Cambridge, na Inglaterra, deslocou-se para a controvérsia sobre a teoria do valor trabalho. Esse desvio é um ponto importante que os envolvidos no debate ainda não indicaram ou que talvez não tenham nem percebido. Por esta razão, um estudo mais detalhado sobre Sraffa, sua obra e seus manuscritos ainda não publicados é necessário para que o conteúdo político de sua obra possa ser compreendido. Esse levantamento pode fundamentar mais solidamente a tese aqui apresentada, de que tal desvio possa ser uma manobra política consciente ou inconsciente de proteção da teoria neoclássica e da ideologia que a sustenta. Essa demanda é consoante com as conclusões das pesquisas sobre o pensamento de Sraffa com base em seus escritos não voltados à publicação, que continuam a considerar “misteriosa” a posição do economista, como resume Pasinetti (2008).

Por fim, cabe a pergunta concreta: em que medida a abstração da controvérsia escolástica e o consequente retorno à práxis de PCC pode solucionar o problema duplo causado pelo desvio? Primeiramente, ao desamarrar os teóricos presos na procura por uma justificativa para a teoria do valor trabalho e em segundo lugar, através de um movimento de popularização do debate sobre a teoria do capital e sua crítica interna.

A principal dificuldade para tal abstração decorre do desentendimento mútuo que se origina do fato de a escola sraffiana admitir a consideração da economia em sua estrutura de valores de uso, pura e simples. A produção é assim categorizada como abstraída de sua forma histórico-específica. Isso significa que existe um modelo econômico que descreve a reprodução dos valores de uso sem consideração das relações sociais que a determinam na realidade. Este método não é adequado para Marx, pois assim não se pode mostrar a especificidade histórica dos modos de produção, já que tal modelo serve para toda forma social de organização da produção. Marx não podia admitir esta abstração porque ele precisava mostrar que a Economia Política Clássica naturalizava as relações sociais capitalistas em primeiro lugar. Essa é

a linha geral do argumento do manuscrito *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* escrito por Marx entre 1858 e 1859.

Como os clássicos confundem mercadoria com produto, Marx precisa converter a economia política no estudo de uma sociedade existente com características históricas específicas, qual seja, o capitalismo. Agora, considerando que isto foi feito, é possível voltar a procurar elementos da teoria geral da economia que sirva como fator comum a todas as formas de produção da história, sem correr o risco de cair no naturalismo. Sraffa pode, portanto, se dar ao luxo de permitir o conceito de produção abstraído da especificidade histórica justamente por isso. Assim, no seu modelo, o trabalho não tem privilégio de funcionar como medidor do produto, pois aqui, trata-se de trabalho concreto. Neste nível de abstração, não há necessidade de reduzir a grandeza do valor justamente ao tempo de trabalho. O trabalho, como todos os outros *inputs*, é apenas uma possibilidade de medir o produto.

Para que isso fique mais claro, voltemos à pergunta de Sraffa, a qual Serrano (2007) recorreu para explicitar a diferença entre a aproximação neoricardiana e a sraffiana: por que Marx reduz a medição da riqueza ao tempo de trabalho? Marx (1985 [1867]) considera que a produção de valores de uso é resultado do processo de trabalho, e que, portanto, este deve ser considerado primeiramente independente de qualquer forma social específica. Existem três elementos simples que constituem o processo de trabalho: a atividade orientada a um fim (o trabalho mesmo), seu objeto e seus meios. Como exemplo de objeto de trabalho pode-se citar a terra ou matérias primas como minério extraído. Os meios de trabalho são as coisas que estão entre o objeto e o condutor da atividade sobre o objeto, o trabalhador, como as ferramentas e instrumentos. Conjuntamente, objeto de trabalho e meios de trabalho são os meios de produção.²⁵ O elemento simples restante, o trabalho, tem que ser considerado o elemento ativo para que o processo ocorra.

Mas por que exatamente o trabalho foi o elemento isolado? Afinal, seria possível constatar que os elementos são combinados de tal forma que há a transformação da matéria, sendo que outro componente que não o trabalho fosse a parte indutora do processo. Esse é o sentido da paródia “*peanut theory of value*” (teoria do valor-amendoim), que escolhe o amendoim como a mercadoria especial, que tem a propriedade de criar

(25) Marx (1985 [1867], p. 151).

valor quando é consumida. De maneira formal, justamente a partir do modelo de PCC, ficou demonstrado que qualquer mercadoria entrando diretamente ou indiretamente na produção de todas as mercadorias pode ser a escolhida para ser a criadora de valor e mais-valia.²⁶ É nesse sentido que se deve compreender a inquietude de Sraffa: por que escolher justamente o trabalho?

Na argumentação de Marx (1985 [1867]), capítulo V, a ação do sujeito aparece como o elemento ativo no metabolismo do homem com a natureza.²⁷ Isso faz com que a atividade com propósito específico tome a posição de destaque entre os demais elementos simples do processo produtivo. Assim, quando se avança da análise do processo de trabalho enquanto processo produtivo de valores de uso para o processo produtivo com valorização, é o tempo de trabalho socialmente necessário que determina a grandeza do valor. Agora, esse raciocínio isolado não basta para fazer dele uma ideia coletiva. É importante sempre ter em vista que Marx não aceitou de pronto a teoria do valor trabalho dos clássicos, mas sim buscou chegar a ela através de estudos próprios, de tal modo a explicitar o motivo de uso dela pelos economistas. Mandel (1968) sustenta que entre 1844 e 1847, Marx passou da recusa para o aceite da teoria do valor trabalho devido a basicamente dois fatores: primeiro por causa do motivo político que ganhou força com os ricardianos socialistas e fez com que a teoria se adequasse aos interesses dos trabalhadores, e segundo devido ao aprofundamento de seus estudos em economia.

A indagação de Sraffa é pertinente no sentido de que não há necessidade técnica de reduzir a medição da riqueza ao tempo de trabalho, a menos que se tome a atividade humana no processo produtivo como o elemento subjetivo. Na prática, historicamente, a escolha do trabalho como padrão de medida das quantidades de valores de uso se fixou e se expandiu socialmente conforme os indivíduos se socializavam crescentemente como proprietários de mercadoria. Essa é a raiz da teoria do valor trabalho, que, como Marx ressaltou na carta a Kugelmann de 1868, não demanda demonstração. Existem inúmeras maneiras de medir a riqueza

(26) Sobre a “peanut theory of value”, ver: Laibman (1992, p. 56) e Lee (1993).

(27) Uma passagem síntese no capítulo V do O Capital é: “O trabalho é em primeiro lugar um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, através de sua ação, media, regula e controla sua troca material com a natureza.” (Marx ([1867] 2007), tradução e grifo meus). Isso não significa que a relação não seja dialética. Sobre Marx sobre trabalho e natureza ver ainda, por exemplo: Marx (1968 [MEW 40], p. 516) e Marx (1969 [MEW 3], p. 21).

e, no contexto da generalização da produção de mercadorias, o tempo de trabalho tornou-se a convenção da medida, dando origem à teoria do valor trabalho da Economia Política Clássica. Apesar da relação quantitativa entre valores de uso, independente da forma de organização social, refletir necessariamente o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de cada produto, é importante notar que o próprio parâmetro consciente de quantificação do valor está sujeito às especificidades históricas da organização social e às convenções sociais vigentes.²⁸ Por esta razão, a teoria do valor trabalho só pôde ser formulada e aceita em um contexto histórico-social determinado, qual seja, o da generalização total das relações de troca onde a relação entre os homens como possuidores de mercadoria passou a ser a socialmente predominante. Somente então é que a ideia de igualdade entre as pessoas e suas forças de trabalho pôde se enraizar na sabedoria popular, dando suporte aos pensadores para formularem a teoria do valor trabalho. Aristóteles estava impedido de chegar à teoria do valor trabalho, segundo Marx, porque vivia em uma sociedade em que essa base ideológica não existia.

Dessa maneira, a disputa sobre a validade da teoria do valor trabalho é uma questão escolástica que se origina do conflito ideológico enraizado na aproximação marxista que se prende à teoria do valor trabalho por motivos políticos²⁹ e na aproximação neoricardiana, que a abandona. A racionalidade da teoria do valor trabalho se baseia na escolha do trabalho humano como elemento subjetivo do processo produtivo. A perspectiva de Sraffa, sendo mais abrangente ao não escolher o elemento ativo, contribui para deixar essa conclusão mais nítida. Neste sentido, o conflito entre as escolas só pode se sustentar na polarização ideológica possibilitada pelo uso político de ambas as aproximações. Um exemplo de síntese da controvérsia poderia ser a seguinte

(28) Marx reconhece isso logo no início do *O Capital*: “Cada coisa útil, como ferro, papel, etc., deve ser encarada sob duplo ponto de vista, segundo qualidade e quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos [...] é um ato histórico. Assim como também o é a descoberta de medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. A diversidade das medidas de mercadorias origina-se em parte da natureza diversa dos objetos a serem medidos, em parte de convenção.” (Marx (1985 [1867], p. 45, grifo meu).

(29) Essa aproximação errônea se desenvolveu a partir da reação de Hilferding à crítica de Böhm-Bawerk, segundo Garegnani e Petri (1989). O deslocamento da teoria do valor trabalho como função científica para o campo da política é o que impede uma maior aceitação de Sraffa por parte dos marxistas, segundo estes autores.

afirmativa: o elemento criador de valor enquanto mercadoria é aquele que assume a subjetividade no processo produtivo.

Consequentemente, o abandono da teoria do valor trabalho não é um procedimento inválido formalmente. Ele implica, no entanto, que o trabalho não é mais a parte que coloca o processo em movimento, ou seja, o componente ativo da atividade econômica. A questão é que essa brecha filosófica é usada como instrumento de persuasão para afastar os economistas teóricos da construção e organização da ciência do ponto de vista do trabalhador. É isso que diferencia a lógica neoricardiana da sraffiana, e é essa a estratégia que tem sido usada de modo perspicaz para jogar Sraffa contra Marx.

Elucidar essa diferença nuclear permitirá concentrar os esforços dos envolvidos no debate em uma luta com maior potencial de transformação. Se ambas as escolas aceitarem essa interpretação de seu conflito, podem cooperar e retornar a crítica à escola neoclássica, reacendendo o ataque à Cambridge americana através do uso combinado da crítica interna com a externa. Portanto, retornar à práxis de PCC equivale a eliminar uma contradição abstrata ao descer para níveis mais concretos de conflito a fim de resolver um problema na realidade. Por isso, quando se eleva a importância prática do combate teórico ao *mainstream* e o objetivo de PCC, uma nova tentativa de combinar Marx com Sraffa se torna possível.

Referências bibliográficas

BELLOFIORE, R. Sraffa after Marx: an Open Issue. In: CHIODI, G.; DITTA, L. (Org.). *Sraffa or an Alternative Economics*. New York: Palgrave Macmillan, 2008, p. 68-92.

BELLUZZO, L. G. *Valor e Capitalismo: Um Ensaio Sobre a Economia Política*. Campinas: Unicamp. IE, 1998.

_____. Prefácio à Edição Brasileira. In: RUBIN, I. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Editora Polis, 1987.

BÖHM-BAWERK, Eugen von [1896]. Zum Abschluß des Marxschen Systems (Auszüge). In: NUTZIGER, Hans G.; WOLFSTETTER, Elmar. (Org.). *Die Marxsche Theorie und ihre Kritik I*. Frankfurt a.M.: Metropolis Verlag, 1974.

CHIODI, G.; DITTA, L. Introduction. In: CHIODI, G.; DITTA, L. (Org.). *Sraffa or an Alternativ Economics*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

COHEN, A. J.; HARCOURT, G. C. Whatever Happened to the Cambridge Capital Theory Controversies? *Journal of Economic Perspectives*, v. 17, n. 1, p. 199-214, 2003.

FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

FEES-DÖRR, E. *Grundzüge der neoricardianern Preis- und Verteilungstheorie*. Marburg: Marburg Verlag, 2000.

GAREGNANI, P.; PETRI, F. [1982]. Marxismo e Teoria Econômica Hoje. In: HOBBSAWN, E. J. (Org.) *História do Marxismo*. v. 12. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HARCOURT, Geoffrey Colin. *Some Cambridge controversies in the theory of capital*. Cambridge, 1972.

HEINRICH, Michael. *Die Wissenschaft vom Wert*. Münster, 1999.

KURZ, H. D. (Org.). *Ökonomisches Denken in Klassischen Tradition: Aufsätze zur Wirtschaftstheorie und Theoriegeschichte*. Metropolis Verlag, 1998.

HOWARD, M. C.; KING, J. E. *A History of Marxian Economics*. Macmillan, 1992.

JEVONS, W. S. [1871]. *The Theory of Political Economy*. Baltimore: Penguin, 1970.

LAIBMAN, David. *Value, Technical Change and Crisis: explorations in Marxist economic theory*. New York: M.E. Sharpe, 1992.

LANGE, O. [1959]. *Economía Política*. v. I. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1966.

_____. [1965]. *Economía Política*. v. II. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1981.

LEE, Chai-on. Marx's Labour Theory of Value Revisited. *Cambridge Journal of Economics*, 17, p. 463-478, 1993.

LEXIS, Wilhelm. The Concluding Volume of Marx's Capital. *Quarterly Journal of Economics*, v. 10, 1895.

MANDEL, E. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, K. [1867]. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. [1894]. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. [1867]. *Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie. Ester Band*. Berlin: Karl Dietz Verlag, 2007. (MEW 23). Disponível em: <http://www.mlwerke.de/me/me23/index.htm>.

_____. [1884/1885]. *Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie. Zweites Buch*. Redaktionsmanuskript von Friedrich Engels. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe. Zweite Abteilung: Das Kapital“ und Vorarbeiten, Bd. 12*. [MEGA, II, 12, Text, 2005]. Berlin: Akademie Verlag, 2005.

_____. [1894]. *Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie. Dritter Band*. Hamburg 1894. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe. Zweite Abteilung: „Das Kapital“ und Vorarbeiten, Bd. 15*. [MEGA, II, 15, Text, 2004]. Berlin: Akademie Verlag, 2004.

_____. [1859]. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. In: Karl Marx/Friedrich Engels Werke (MEW), Band 13, 7. Auflage, 1971. Berlin: Dietz Verlag.

_____. [1928]. Marx an Ludwig Kugelmann in Hannover. Carta escrita em 11 de Julho de 1868 para Ludwig Kugelmann. Publicada por inteira primeiramente em: *Pisma Marksa h Kugelmannu*, Moscow-Leningrad, 1928. Reimpressa em: Marx/Engels Werke, MEW v. 43, Berlin: Dietz Verlag, 1990. Disponível eletronicamente em inglês em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1868/letters/68_07_11.htm.

_____. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*. MEW 40. Berlin (DDR): Dietz Verlag, 1968.

_____. *Die Deutsche Ideologie*. MEW 3. Berlin (DDR): Dietz Verlag 1969.

MEEK, Ronald L. Mr. Sraffa's Rehabilitation of Classical Economics. *Scottish Journal of Political Economy*, v. 8, p. 119-136, 1961.

_____. [1956]. *Studies in the Labour Theory of Value*. London: Lawrence; Wishart, 1973.

MENGER, Carl. [1871]. *Principles of Economics*. New York: Free Press, 1950.

MOHUN, Simon (Org.). *Debates in Value Theory*. St. Martin's Press, 1994.

NAPOLEONI, C. *Lições sobre o Capítulo VI (inédito) de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. *Smith, Ricardo, Marx*. São Paulo: Graal, 2000.

PACK, S., J. *Reconstructing Marxian Economics: Marx Based upon a Sraffian Commodity Theory of Value*. New York: Praeger Publishers, 1985.

PASINETTI, Luigi. The Sraffa Enigma: an Introduction to the special issue of EJHET on “Piero Sraffa”. In: KURZ H.D.; PASINETTI, L.L.; SALVADORI, N. (Org.). *Piero Sraffa: The Man and the Scholar, Exploring his Unpublished Papers*. London/New York: Routledge, 2008.

_____. *Vorlesungen zur Produktionstheorie*. Marburg: Marburg Verlag, 1988.

POSSAS, M. L. *Estruturas de Mercado em Oligopólio*. São Paulo: Hucitec, 1987.

QUAAS, Friedrun. *Das Transformationsproblem: Ein theoretischer Beitrag zur Analyse der Quellen und Resultate seiner Diskussion*. Marburg: Metropolis, 1992.

_____. Das Transformationsproblem von Werten in Produktionspreise: Ein diskussionsbeitrag zur Geschichte und zum Stand der Debatte. *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, Band 220, p. 108-121, 2000.

RUBIN, Isaak Iljitsch [1978]. Abstract Labour and Value in Marx’s System. In: MOHUN, Simon (Org.). *Debates in Value Theory*. St. Martin’s Press, 1994.

RUBIN, Isaak Iljitsch. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Editora Polis, 1987.

SAMUELSON, Paul Anthony. Understanding the Marxian Notion of Exploitation: A Summary of the So-Called Transformation Problem Between Marxian Values and Competitive Prices. *Journal of Economic Literature*, v. 9, n. 2, p. 399-431, 1971.

SCHEFOLD, Bertram. Einführung. Der Dritte Band: Herkunft und Wirkung. In: MARX, Karl. *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Dritter Band*. Hamburg, 1894. Berlin, Akademie Verla. MEGA, II, 15: Karl Marx, Friedrich Engels, Gesamtausgabe. Zweite Abteilung: Das Kapital“ und Vorarbeiten, Bd. 15, [MEGA, II, 15, Apparat, 2004], S. 871-910, 2004.

SERRANO, Franklin. A Teoria do Valor de Marx: Excedente ou Transfiguração Crítica? In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA: BRASIL E AMÉRICA LATINA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO, 12, São Paulo, 2007.

SRAFFA, P. [1925]. *Relações entre Custo e Quantidade Produzida*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. [1926]. As Leis dos Rendimentos sob Condições de Concorrência. *Lit. Econ*, v. 4, n. 1, p. 13-34, 1982.

_____. [1960]. Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias. In: *Os Economistas*, v. 14. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

STAMATIS, G. *Sraffa und sein Verhältnis zu Ricardo und Marx*. Göttingen, 1984.

STEEDMAN, Ian. *Marx after Sraffa*. London: New Left Books, 1977.

WALRAS, Léon [1874]. *Elements of Pure Economics*. Homewood: Irwin, 1954.